



AFRICANIDADES

História da África e Culturas Tradicionais Africanas

Introdução a História da África

por Joseph Ki-Zerbo.

Neste texto, encontramos uma introdução ao estudo da História Africana, suas características peculiares, o uso das ciências tais como a arqueologia, a linguística, a História Oral no contexto específico da África, etc. Um texto indispensável para entendermos os procedimentos adequados para o estudo desta História e do Africanismo in História Geral da África. São Paulo; Ática, 1981 volume 1

A África * tem uma história. Já foi o tempo em que nos mapas-múndi e portulanos, sobre grandes espaços, representando esse continente então marginal e servil, havia uma frase lapidar que resumia o conhecimento dos sábios a respeito dele e que, no fundo, soava também como um álbi: "Ibi sunt leones". Aí existem leões. Depois dos leões, foram descobertas as minas, grandes fontes de lucro, e as "tribos indígenas" que eram suas proprietárias, mas que foram incorporadas às minas como propriedades das nações colonizadoras. Mais tarde, depois das tribos indígenas, chegou a vez dos povos impacientes com opressão, cujos pulsos já batiam no ritmo febril das lutas pela liberdade.

Com efeito, a história da África, como a de toda a humanidade, é a história de uma tomada de consciência. Nesse sentido, a história da África deve ser reescrita. E isso porque, até o presente momento, ela foi mascarada, camuflada, desfigurada, mutilada. Pela "força das circunstâncias", ou seja, pela ignorância e pelo interesse. Abatido por vários séculos de opressão, esse continente presenciou gerações de viajantes, de traficantes de escravos, de exploradores, de missionários, de procônsules, de sábios de todo tipo, que acabaram por fixar sua imagem no cenário da miséria, da barbárie, da irresponsabilidade e do caos. Essa imagem foi projetada e extrapolada ao infinito ao longo do tempo, passando a justificar tanto o presente quanto o futuro.

Não se trata aqui de construir uma história-revanche, que relançaria a história colonialista como um bumerangue contra seus autores, mas de mudar a perspectiva e ressuscitar imagens "esquecidas" ou perdidas. Torna-se necessário retomar à ciência, a fim de que seja possível criar em todos uma consciência autêntica. É preciso reconstruir o cenário verdadeiro. É tempo de modificar o discurso.

Se são esses os objetivos e o porquê desta iniciativa, o como - ou seja, a metodologia - é, como sempre, muito mais penoso. É justamente esse um dos objetivos desse primeiro volume da História Geral da África, elaborada sob o patrocínio da Unesco. Por quê?

Trata-se de uma iniciativa científica. As sombras e obscuridades que cercam o passado desse continente constituem um desafio apaixonante para a curiosidade humana. A história da África é pouco conhecida. Quantas genealogias mal feitas! Quantas estruturas esboçadas com pontilhados impressionistas ou mesmo encobertas por espessa neblina! Quantas seqüências que parecem absurdas porque o trecho precedente do filme foi cortado! Esse filme desarticulado e parcelado, que não é senão a imagem de nossa ignorância, nós o transformamos por uma deformação deplorável ou viciosa, na imagem real da história da África tal como efetivamente se desenrolou. Nesse contexto, não é de causar espanto o lugar infinitamente pequeno e secundário que foi dedicado à história Africana em todas as histórias da humanidade ou das civilizações.

Porém, há algumas décadas, milhares de pesquisadores, muitos de grande ou mesmo de excepcional mérito, vêm procurando resgatar porções inteiras da antiga fisionomia da África. A cada ano aparecem dezenas de novas publicações cuja óptica é cada vez mais positiva. Descobertas Africanas, por vezes espetaculares, questionam o significado de certas fases da história da humanidade em seu conjunto.

Mas essa mesma proliferação comporta certos perigos: risco de cacofonia pela profusão de pesquisas desordenadas ou sem coordenação efetiva; discussões inúteis entre escolas que tendem a dar mais importância aos pesquisadores que ao objeto das pesquisas, etc. Por essas razões, e pela honra da ciência, tornava-se importante que uma tomada de posição acima de qualquer suspeita fosse levada a cabo por equipes de pesquisadores Africanos e não-Africanos, sob os auspícios da Unesco e sob a autoridade de um conselho científico internacional e de coordenadores Africanos. O número e a qualidade dos pesquisadores mobilizados para esta nova grande descoberta da África denotam uma admirável experiência de cooperação internacional. Mais que qualquer outra disciplina, a história é uma ciência humana, pois ela sai bem quente da forja ruidosa e tumultuada dos povos. Modelada realmente pelo homem nos canteiros da vida, construída mentalmente pelo homem nos laboratórios, bibliotecas e sítios de escavações, a história é igualmente feita para o homem, para o povo, para aclarar e motivar sua consciência.

Para os Africanos, a história da África não é um espelho de Narciso, nem um pretexto sutil para se abstrair das tarefas da atualidade. Essa diversão alienadora poderia comprometer os objetivos científicos do projeto. Em contrapartida, a ignorância de seu próprio passado, ou seja, de uma grande parte de si mesmo, não seria ainda mais alienadora? Todos os males que acometem a África hoje, assim como todas as venturas que aí se revelam, resultam de inumeráveis forças impulsionadas pela história. E da mesma forma que a reconstituição do desenvolvimento de uma doença é a primeira etapa de um projeto racional de diagnóstico e terapêutica, a primeira tarefa de análise global do continente Africano é histórica. A menos que optássemos pela inconsciência e pela alienação, não poderíamos viver sem memória ou com a memória do outro. Ora, a história é a memória dos povos. Esse retorno a si mesmo pode, aliás, revestir-se do valor de uma catarse libertadora, como acontece com o processo de submersão em si próprio efetivado pela psicanálise que, ao revelar as bases dos entraves de nossa personalidade, desata de uma só vez os complexos que atrelam nossa consciência às raízes profundas do sub-consciente. Mas para não substituir um mito por outro, é preciso que a verdade histórica, matriz da consciência desalienada e autêntica, seja rigorosamente examinada e fundada sobre provas. Como?

Passemos agora à problemática questão do como, ou seja, da metodologia. Neste campo, como em outros, é necessário evitar tanto a singularização excessiva da África, quanto a tendência a alinhá-la demasiadamente segundo normas estrangeiras. De acordo com alguns, seria preciso esperar que fossem encontrados os mesmos tipos de documentos existentes na Europa, a mesma panóplia de peças escritas ou epigráficas, para que fosse possível falar numa verdadeira história da África. Para estes, em resumo, os problemas do historiador são sempre os mesmos, dos trópicos aos pólos. Torna-se necessário reafirmar claramente que não se trata de amordaçar a razão sob pretexto de que falta substância a ser-lhe fornecida. Não se deveria considerar a razão como tropicalizada pelo fato de ser exercida nos trópicos. A razão, soberana, não conhece o império da geografia. Suas normas e seus procedimentos fundamentais, em particular a aplicação do princípio da causalidade, são os mesmos em toda

parte. Mas, justamente por não ser cega, a razão deve apreender diferentemente realidades distintas, para que essa apreensão seja sempre muito firme e precisa. Assim, os princípios da crítica interna e externa se aplicarão segundo uma estratégia mental diferente para o canto épico Sundiata Fasa 1, para a capitular De Villis ou para as circulares enviadas aos prefeitos de Napoleão. Os métodos e técnicas serão diferentes. Aliás, essa estratégia não será exatamente a mesma em todas as partes da África; nesse sentido, o vale do Nilo e a fachada do Mediterrâneo se encontram, para reconstrução histórica, numa situação menos original em relação à Europa do que a África subsaariana.

Na verdade, as dificuldades específicas da história da África podem ser constatadas já na observação das realidades da geografia física desse continente. Continente solitário, se é que existe algum, a África parece dar as costas para o resto do Velho Mundo, ao qual se encontra ligada apenas pelo frágil cordão umbilical do istmo de Suez. No sentido oposto, ela mergulha integralmente sua massa compacta na direção das águas austrais, rodeada por maciços costeiros, que os rios forçam através de desfiladeiros "heróicos" que constituem, por sua vez, obstáculos à penetração. A única passagem importante entre o Saara e os montes abissínios encontra-se obstruída pelos imensos pântanos de Bahr el-Ghazal. Ventos e correntes marítimas extremamente violentos montam guarda do Cabo Branco ao Cabo Verde. Entretanto, no interior do continente, três desertos .encarregam-se de agravar o isolamento exterior por uma divisão interna. Ao sul, o Calaari. Ao centro, o "deserto verde" da floresta equatorial, temível refúgio no qual o homem lutará para se impor. Ao norte, o Saara, campeão dos desertos, imenso filtro continental, oceano fulvo dos ergs e regs que, com a franja montanhosa da cordilheira dos Atlas, dissocia o destino da zona mediterrânea do restante do continente. Sobretudo durante a pré-história, essas potências ecológicas, mesmo sem serem muralhas estanques, pesaram muito no destino Africano em todos os aspectos. Deram também um valor singular a todas essas seteiras naturais que desempenharam o papel de passarelas na exploração do território Africano, levada a efeito pelas populações que aí habitavam há milhões de anos atrás. Citemos apenas a gigantesca fenda meridiana do Rift Valley, que se estende do centro da África ao Iraque, passando através do molhe etíopiano. No sentido mais transversal, a curva dos vales do Sanga, do Ubangui e do Zaire deve ter constituído igualmente um corredor privilegiado. Não é por acaso que os primeiros reinados da África negra se tenham desenvolvido nessas regiões das terras abertas, estes sahel² que eram beneficiados simultaneamente por uma permeabilidade interna, por uma certa abertura para o exterior e por contatos com as zonas Africanas vizinhas, dotadas de recursos diferentes e complementares. Essas regiões abertas, que experimentaram um ritmo de evolução mais rápido, constituem a prova a contrario de que o isolamento foi um dos fatores-chaves da lentidão do progresso da África em determinados setores³. "As civilizações repousam sobre a terra", escreve F. Braudel. E acrescenta: "A civilização é filha do número". Ora, a própria vastidão desse continente, com uma população diluída e portanto facilmente itinerante, em meio a uma natureza ao mesmo tempo generosa (frutas, minerais, etc.) e cruel (endemias, epidemias)⁴, impediu que fosse atingido o limiar de concentração demográfica que tem sido quase sempre uma das pré-condições das mudanças qualitativas importantes no domínio econômico, social e político. Além disso, a severa punção demográfica da escravidão desde os tempos imemoriais e, sobretudo, após o comércio negreiro do século XV ao XX, contribuiu muito para privar a África do tônus humano e da estabilidade necessários a toda criação eminente, mesmo que seja no plano tecnológico. A natureza e os homens, a geografia e a história, não foram benevolentes com a África. É indispensável retomar a essas condições fundamentais do processo evolutivo, para que seja possível colocar os problemas em termos objetivos e não sob a forma de mitos aberrantes como a inferioridade racial, o tribalismo congênito e a pretensa passividade histórica dos Africanos. Todas essas abordagens subjetivas e irracionais apenas mascaram uma ignorância voluntária.

As fontes difíceis

No que concerne ao continente Africano, é preciso reconhecer que o manuseio das fontes é particularmente difícil. Três fontes principais constituem os pilares do conhecimento histórico: os documentos escritos, a arqueologia e a tradição oral. Essas três fontes são apoiadas pela lingüística e pela antropologia, que permitem matizar e aprofundar a interpretação dos dados, por vezes excessivamente brutos e estéreis sem essa abordagem

mais íntima. Estaríamos errados, entretanto, em estabelecer a priori uma hierarquia peremptória e definitiva entre essas diferentes fontes.

As fontes escritas

Quando não são raras, tais fontes encontram-se mal distribuídas no tempo e no espaço. Os séculos mais "obscuros" da história Africana são justamente aqueles que não se beneficiam do saber claro e preciso que emana dos testemunhos escritos, por exemplo, os séculos imediatamente anteriores e posteriores ao nascimento de Cristo (a África do norte é uma exceção). No entanto, mesmo quando esse testemunho existe, sua interpretação implica freqüentemente ambigüidades e dificuldades. Nesse sentido, a partir de uma releitura das "viagens" de Ibn Battuta e de um novo exame das diversas grafias dos topônimos empregados por este autor e por al'Umari, certos historiadores são levados a contestar que Niani, situada às margens do rio Sankarani, tivesse sido a capital do antigo Mali 5. Do ponto de vista quantitativo, massas consideráveis de materiais escritos de caráter arquivístico ou narrativo permanecem ainda inexploradas, como provam os recentes inventários parciais dos manuscritos inéditos relativos à história da África negra exumados de bibliotecas do Marrocos 6, da Argélia e da Europa. Também nas bibliotecas particulares de grandes eruditos sudaneses, encontradas em cidades da curva do Níger 7, há manuscritos inéditos cujos títulos permitem entrever filões analíticos novos e promissores. A Unesco estabeleceu em Tombuctu o Centro Ahmed Baba para promover a coleta desses documentos. Nos fundos de arquivos existentes no Irã, no Iraque, na Armênia, na Índia e na China, sem falar das Américas, muitos fragmentos da história da África estão à espera da perspicácia inventiva do pesquisador. Nos arquivos do primeiro-ministro de Istambul, por exemplo, onde estão classificados os registros dos decretos do Conselho de Estado Imperial Otomano, uma correspondência inédita datada de maio de 1577, enviada pelo sultão Murad III ao Mai Idriss Alaoma e ao bei de Túnis, projetam nova luz sobre a diplomacia do Kanem Bornu daquela época e também sobre a situação do Fezzan 8.

Um trabalho ativo de coleta vem sendo realizado com êxito pelos institutos de estudos Africanos e centros de pesquisas históricas nas regiões Africanas que foram penetradas pela cultura islâmica. Por outro lado, novos guias editados pelo Conselho Internacional dos Arquivos, sob os auspícios da Unesco, propõem-se a orientar os pesquisadores na floresta de documentos espalhados em todas as partes do mundo ocidental. Apenas um grande esforço de edições e reedições judiciosas, de tradução e difusão na África, permitirá, pelo efeito multiplicador desses novos fluxos conjugados, transpor um novo limiar qualitativo e crítico sobre a visão do passado Africano. Por outro lado, quase tão importante quanto a grande quantidade de documentos novos será a atitude dos pesquisadores ao examiná-los, e assim que numerosos textos explorados desde o século XIX ou mesmo depois, mas ainda no período colonial, reclamam imperiosamente uma releitura expurgada de qualquer preconceito anacrônico e marcada por uma visão endógena. Assim sendo, as fontes escritas a partir das escrituras subsaarianas (vai, bamum, ajami) não devem ser negligenciadas.

A Arqueologia

Os testemunhos mudos revelados pela arqueologia são em geral mais eloqüentes ainda do que os testemunhos oficiais dos autores de certas crônicas. A arqueologia, por suas prestigiosas descobertas, já deu uma contribuição valiosa à história Africana, sobretudo quando não há crônica oral ou escrita disponível (como é o caso de milhares de anos do passado Africano). Apenas objetos-testemunho, enterrados com aqueles a quem testemunham, velam sob o pesado sudário de terra por um passado sem rosto e sem voz. Alguns deles são particularmente significativos como indicadores e medidas da civilização: objetos de ferro e a tecnologia envolvida em sua fabricação, cerâmicas com suas técnicas de produção e estilos, peças de vidro, escrituras e estilos gráficos, técnicas de navegação, pesca e tecelagem, produtos alimentícios, e também estruturas geomorfológicas, hidráulicas e vegetais ligadas à evolução do clima. A linguagem dos achados arqueológicos possui, por sua própria natureza, algo de objetivo e irrecusável. Assim, o estudo da tipologia das cerâmicas e dos objetos de osso e metal encontrados na região nígero-chadiana do Saara demonstra a ligação entre os povos pré-islâmicos (Sao) da bacia chadiana e as áreas culturais que se estendem até o Nilo e

o deserto líbio. Estatuetas de argila cozida com talabartes cruzados, ornatos corporais das estatuetas, formas de vasos e braceletes, arpões e ossos, cabeças ou pontas de flechas e facas de arremesso ressuscitam assim, graças a seus parentescos, as solidariedades vivas de épocas antigas 9, para além desta paisagem contemporânea massacrada pela solidão e pela inércia. Diante disso, a localização, a classificação e a proteção dos sítios arqueológicos Africanos se impõem como prioridade de grande urgência, antes que predadores ou profanos irresponsáveis e turistas sem objetivos científicos os pilhem e os desorganizem, despojando-os, dessa maneira, de qualquer valor histórico sério. Mas a exploração destes sítios por projetos prioritários de escavação em grande escala só poderá desenvolver-se no contexto de programas interAfricanos sustentados por poderosa cooperação internacional.

A tradição oral

Paralelamente às duas primeiras fontes da história Africana (documentos escritos e arqueologia), a tradição oral aparece como repositório e o vetor do capital de criações sócio-culturais acumuladas pelos povos ditos sem escrita: um verdadeiro museu vivo. A história falada constitui um fio de Ariadne muito frágil para reconstituir os corredores obscuros do labirinto do tempo. Seus guardiões são os velhos de cabelos brancos, voz cansada e memória um pouco obscura, rotulados às vezes de teimosos e meticolosos (veillesse oblige): ancestrais em potencial. São como as derradeiras ilhotas de uma paisagem outrora imponente, ligada em todos os seus elementos por uma ordem precisa e que hoje se apresenta erodida, cortada e devastada pelas ondas mordazes do "modernismo". Fósseis em sursis! Cada vez que um deles desaparece, é uma fibra do fio de Ariadne que se rompe, é literalmente um fragmento da paisagem que se torna subterrâneo. Indubitavelmente, a tradição oral é a fonte histórica mais íntima, mais suculenta e melhor nutrida pela seiva da autenticidade. "A boca do velho cheira mal"- diz um provérbio Africano - "mas ela profere coisas boas e salutares".

Por mais útil que seja, o que é escrito se congela e se desseca. A escrita decanta, disseca, esquematiza e petrifica: a letra mata. A tradição reveste de carne e de cores, irriga de sangue o esqueleto do passado. Apresenta sob as três dimensões aquilo que muito freqüentemente é esmagado sobre a superfície bidimensional de uma folha de papel. A alegria da mãe de Sundiata, transtornada pela cura súbita de seu filho, ecoa ainda no timbre épico e quente dos griots * do Mali. É claro que muitos obstáculos devem ser ultrapassados para que se possa peneirar criteriosamente o material da tradição oral e separar o bom grão dos fatos, da palha das palavras-armadilhas - falsas Janelas abertas para a simetria -, do brilho e das lanterna de fórmulas que constituem apenas a embalagem circunstancial de uma mensagem vinda de longe.

Costuma-se dizer que a tradição não inspira confiança porque ela é funcional; como se toda mensagem humana não fosse funcional por definição, Incluindo-se nessa funcionalidade os documentos de arquivos que, por sua própria inércia e sob sua aparente neutralidade objetiva, escondem tantas mentiras por omissão e revestem o erro de respeitabilidade. Certamente, a tradição épica em particular é uma recriação paramítica do passado. Uma espécie de psicodrama que revela à comunidade suas raízes e o corpo de valores que sustenta sua personalidade: um viático encantado para singrar o rio do tempo em direção ao reino dos ancestrais. É por isto que a palavra épica não coincide exatamente com a palavra histórica: cavalga-a através de projeções anacrônicas a montante e a jusante do tempo real, com interpenetrações que se assemelham às perturbações do relevo em arqueologia. E os escritos, escaparão eles próprios a essas intrusões enigmáticas? Aqui, como em toda parte, é preciso procurar a palavra fóssil-guia, tentar encontrar a pedra de toque que identifica o metal puro e rejeita a ganga e a escória.

Certamente, no discurso épico, a fragilidade do encadeamento cronológico constitui seu verdadeiro calcanhar de Aquiles; as seqüências temporais subvertidas criam um quebra-cabeças onde a imagem do passado não nos chega de modo claro e estável como num espelho de boa qualidade, mas como um reflexo fugaz que dança sobre a agitação da água. A duração média dos reinos ou das gerações constitui um domínio extremamente controverso no qual as extrapolações feitas a partir de períodos recentes são muito pouco seguras, em razão das mudanças demográficas e políticas. Por vezes, um dinasta excepcional e carismático

polariza sobre si os feitos mais notáveis de seus predecessores e sucessores que, assim, são literalmente eclipsados. É o que acontece com certos dinastas de Ruanda, como Da Monzon, rei de Segu (início do século XIX), a quem os griots atribuem toda a grande conquista desse reino.

Por outro lado, o texto literário oral retirado de seu contexto é como peixe fora da água: morre e se decompõe. Isolada, a tradição assemelha-se a essas máscaras Africanas arrebatadas da comunhão dos fiéis para serem expostas à curiosidade dos não iniciados. Perde sua carga de sentido e de vida. Por sua própria existência e por ser sempre retomada por novas testemunhas que se encarregam de sua transmissão, a tradição adapta-se às expectativas de novos auditórios - adaptação essa que se refere primordialmente à apresentação da mensagem, mas que não deixa intacto o conteúdo. E não vemos também mercadores ou mercenários da tradição que servem à vontade versões de textos escritos reinjetados na própria tradição?!

Enfim, o próprio conteúdo da mensagem permanece freqüentemente hermético, esotérico mesmo. Para o Africano, a palavra é pesada. Ela é fortemente, ambígua, podendo fazer e desfazer, sendo capaz de acarretar malefícios. É por isso que sua articulação não se dá de modo aberto e direto. A palavra é envolvida por apologias, alusões, subentendidos e provérbios claro-escuros para as pessoas comuns, mas luminosos para aqueles que se encontram munidos das antenas da sabedoria. Na África, a palavra não é desperdiçada. Quanto mais se está em posição de autoridade, menos se fala em público. Mas quando se diz a alguém: "Você comeu o sapo e jogou a cabeça fora", a pessoa compreende que está sendo acusada de se furtar a uma parte de suas responsabilidades ¹⁰. Esse hermetismo das "meias-palavras" indica, ao mesmo tempo, o valor inestimável e os limites da tradição oral, uma vez que sua riqueza é praticamente impossível de ser transferida integralmente de uma língua para outra, sobretudo quando esta outra se encontra estrutural e sociologicamente distante. A tradição acomoda-se muito pouco à tradução. Desenraizada, ela perde sua seiva e sua autenticidade, pois a língua é a "morada do ser". Aliás, muitos dos erros que são imputados à tradição são provenientes de intérpretes incompetentes ou inescrupulosos.

Seja como for, a validade da tradição oral está amplamente provada nos dias atuais. Ela é largamente comprovada pelo confronto com as fontes arqueológicas ou escriturais, como no caso do sítio de Kumbi Saleh, dos vestígios do lago Kisale, ou mesmo dos acontecimentos do século XVI transmitidos pelos Shona, cuja conformidade com os documentos escritos por viajantes portugueses daquela época foi verificada por D. P. Abraham. Em suma, o discurso da tradição, seja ela épica, prosaica, didática ou ética, pode ser histórico sob um tríplice ponto de vista. Em primeiro lugar, ele é revelado r do conjunto de usos e valores que animam um povo e que condicionam seus atos futuros pela representação dos arquétipos do passado. Fazendo isso, a epopéia não só reflete, mas também cria a história. Quando Da Monzon é tratado de "senhor das águas e dos homens", expressa-se com isso o caráter absoluto de seu poder. Contudo, essas mesmas narrativas mostram-no consultando incessantemente seus guerreiros, seus griots, suas mulheres ¹¹. O senso de honra e de reputação explode na famosa réplica do "canto do arco" em louvor a Sundiata (Sundiata Fasa): "Saya Kaoussa malo yé" ¹². Esse valor também se exprime muito bem no episódio da luta de Bakary Dian contra os Peul do Kournari. Ressentido, o bravo Bakary retirara-se para sua aldeia, Dongorongu; diante das súplicas de seu povo para que retomasse o comando das tropas de Segu, cedeu apenas quando foi tocado na corda sensível do orgulho e da glória: "As velhas palavras trocadas, esquece-as. É o teu nome agora que precisa ser considerado; pois vem-se ao mundo para construir um nome. Se nasces, cresces e morres sem ter um nome, vieste por nada, partiste por nada". Bakary, então, exclama: "Griots de Segu, já que vós vistes, não será impossível. Farei o que me pedis, por meu renome. Não o farei por Da Monzon. Não o farei por ninguém em Segu. Fá-lo-ei somente por minha reputação. Mesmo depois de minha morte, isso será acrescentado ao meu nome". Encontramos um traço similar de civilização e lei, quando Silamaka diz: "Tendes sorte que me seja proibido matar mensageiros".

Em suma, a recomposição do passado está longe de ser integralmente imaginária. Encontram-se aí fragmentos de lembranças, filões de história que freqüentemente são mais prosaicos que

os ornamentos coloridos da imaginação épica: "Foi assim que surgiu essa instituição de pastores coletivos nas aldeias bambara. Se eras escolhido e feito pastor, tornavas-te Peul público. Os Peul públicos guardavam os rebanhos do rei. Eram homens de etnias diferentes, e seu pastor chefe chamava-se Bonke". Ou ainda "Nessa época não se usavam babuchas, mas chinelas de couro de boi curtido, com um cordão na parte da frente (em tomo do dedo grande do pé) e um outro no calcanhar". Enfim, a narrativa épica é salpicada de alusões a técnicas, a objetos que não são essenciais ao desenvolvimento da ação, mas que dão indícios sobre o modo de vida. "Ele (Da Monzon) convocou seus sessenta remadores Somono, trinta homens na proa e trinta na popa. A piroga estava ricamente decorada". "As escadas são preparadas e colocadas contra a muralha. Os caçadores de Segu sobem de surpresa e infiltram-se na cidade (. . .). Os cavaleiros de Segu lançam flechas flamejantes. As casas da aldeia pegam fogo". Saran, a mulher apaixonada por Da Monzon, vai umedecer a pólvora dos fuzis dos guerreiros de Kore. É por um diagnóstico rigoroso - que às vezes se vale da análise psicanalítica e neste caso considera as próprias psicoses do público ou dos transmissores da tradição - que o historiador pode atingir a medula substantiva da realidade histórica.

Por conseguinte, a multiplicidade de versões transmitidas por clãs adversários, por exemplo, pelos griots-clientes de cada nobre protetor (horon, dyatigui), longe de constituir uma desvantagem, representa uma garantia suplementar para a crítica histórica. E a conformidade das narrativas, como no caso dos griots bambara e peul, que pertencem a campos inimigos, dá um realce particular à qualidade desse testemunho. A história falada, por sua própria poligênese, comporta elementos de autocensura, como mostra o caso dos Gouro, entre os quais a tradição esotérica liberal e integracionista, transmitida pelas linhagens, coexiste com a tradição esotérica oligárquica e meticulosa da sociedade secreta. Na verdade, não se trata de uma propriedade privada, mas de um bem indiviso pelo qual respondem diversos grupos da comunidade.

O essencial é proceder à crítica interna desses documentos através do conhecimento íntimo do gênero literário em questão, sua temática e suas técnicas, seus códigos e estereótipos, as fórmulas de execução, as digressões convencionais, a língua em evolução, o público e o que ele espera dos transmissores da tradição. E sobretudo a casta destes últimos, suas regras de conduta, sua formação, seus ideais, suas escolas. Sabe-se que no Mali e na Guiné, por exemplo - em Keyla, Kita, Niagassola, Niani, etc. -, existem há séculos verdadeiras escolas de iniciação.

Essa tradição rígida, institucionalizada e formal é geralmente melhor estruturada e sustentada pela música de corte que se integra a ela, que a escande em partes didáticas e artísticas. Alguns dos instrumentos utilizados, como o Sosso Balla (balafo de Sumauro Kante), são em si mesmos, por sua Antigüidade, monumentos dignos de uma investigação de tipo arqueológico. Mas as correspondências entre tipos de instrumento e tipos de música, de cantos e de danças constituem um mundo minuciosamente regulado, no qual as anomalias e as adições posteriores são facilmente detectadas. Cada gênero literário oral possui, assim, um instrumento específico em cada região cultural: o baila (xilofone) ou o bolon (harpa-alaúde) para a epopéia mandinga; o bendré dos Mossi (grande tambor redondo de uma só face, feito com uma cabaça e tocado com as mãos nuas) para a exaltação, muitas vezes silenciosa, dos nomes de guerra (zabyouya) dos soberanos; o mvet (harpa-cítara) para os poetas, músicos dos Fang em suas Nibelungen tropicais. Veículos da história falada, esses instrumentós são venerados e sagrados. Com efeito, incorporam-se ao artista, e seu lugar é tão importante na mensagem que, graças às línguas tonais, a música torna-se diretamente inteligível, transformando-se o instrumento na voz do artista sem que este tenha necessidade de articular uma só palavra. O tríplice ritmo tonal, de intensidade e de duração, faz-se então música significativa, nessa espécie de "semântico-melodismo" de que falava Marcel Jousse. Na verdade, a música encontra-se de tal modo integrada à tradição que algumas narrativas somente podem ser transmitidas sob a forma cantada. A própria canção popular, que exprime a "vontade geral" de forma satírica, às vezes temperada de humor negro, e que permaneceu vigorosa mesmo com as lutas eleitorais do século XX, é um gênero precioso, que contrabalança e completa as afirmações dos "documentos" oficiais.

O que se diz aqui sobre a música vale também para outras formas de expressão, como as artes plásticas, cujas produções são, por vezes, a expressão direta de personagens, de

acontecimentos ou de culturas históricas, como nos reinos de Abomey e do Benin (baixos-relevos) ou na nação Kuba (esculturas).

Em poucas palavras; a tradição oral não é apenas uma fonte que se aceita por falta de outra melhor e à qual nos resignamos por desespero de causa. É uma fonte integral, cuja metodologia já se encontra bem estabelecida e que confere à história do continente Africano uma notável originalidade.

A lingüística

A história da África tem na lingüística não apenas uma ciência auxiliar, mas uma disciplina autônoma que, no entanto, a conduz diretamente ao âmago de seu próprio objeto. Percebe-se bem isso no caso da Núbia, que se encontra amortalhada no duplo silêncio opaco das ruínas de Meroé e da escrita meroítica não decifrada porque a língua permanece desconhecida ¹³. É claro que há muito a ser feito nesse campo, começando pela catalogação científica das línguas. Na verdade, não é necessário sacrificar a abordagem descritiva à abordagem comparatista e sintética com pretensões tipológicas e genéticas. É por meio de uma análise ingrata e minuciosa do fato lingüístico, "com seu significante de consoantes, vogais e tons, com suas latitudes combinatórias em esquemas sintagmáticos, com seu significado vivido pelos falantes de uma determinada comunidade" ¹⁴, que se pode fazer extrapolações retroativas, operação que muitas vezes se torna difícil pela falta de conhecimento histórico profundo dessas línguas. De modo que elas só podem ser comparadas a partir de seu extrato contemporâneo pelo método sincrônico, base indispensável para toda síntese diacrônica e genética. A tarefa é árdua, e é compreensível que duelos de erudição aconteçam em algumas áreas, particularmente no que diz respeito à língua bantu. Malcolm Guthrie, por exemplo, sustenta a teoria da autogênese, enquanto Joseph Greenberg defende com veemência a tese de que as línguas bantu devem ser colocadas num contexto continental mais amplo. Isto se justifica, diz Greenberg, pelo fato de as semelhanças existentes não serem analogias acidentais resultantes de influências externas, mas derivarem de um parentesco genético intrínseco, expresso em centenas de línguas - desde o wolof até o baka (República do Sudão) - pelas similitudes dos pronomes, do vocabulário de base e das características gramaticais, como o sistema de classes nominais. Para o historiador, todos esses debates não são meros exercícios acadêmicos. Um autor que se baseie, por exemplo, na distribuição dos grupos de palavras análogas que designam o carneiro na África central na orla da floresta, constatará que esses grupos homogêneos não ultrapassam a franja vegetal, mas distribuem-se paralelamente a ela. Isto sugere uma distribuição dos rebanhos de acordo com os paralelos dos dois biótopos contíguos da savana e da floresta, ao passo que, mais a leste, o padrão lingüístico ordena-se claramente em faixas meridianas da África oriental para a África austral, o que supõe um caminho de introdução perpendicular à primeira, e ilustra a contrario o papel inibidor da floresta na transmissão das técnicas ¹⁵. Esse papel, no entanto, não é idêntico para todas as técnicas. Em suma, os estudos lingüísticos demonstram que as rotas e os caminhos das migrações, assim como a difusão de culturas materiais e espirituais, são marcados pela distribuição de palavras aparentadas. Daí a importância da análise lingüística diacrônica e da glotocronologia para o historiador que deseja compreender a dinâmica e o sentido da evolução.

J. Greenberg, por exemplo, trouxe à luz as contribuições do kanuri ao haussa em relação a termos culturais e a termos da técnica militar, contribuições essas que valorizam a influência do império de Bornu no desenvolvimento dos reinos haussa. Em particular, os títulos das dinastias de Bornu, incluindo termos kanuri como kaygamma, magira, etc., conheceram uma notável difusão até o coração do Camarões e da Nigéria. O estudo sistemático dos topônimos e antropônimos pode também fornecer indicações bastante precisas, contanto que essa nomenclatura seja revista segundo uma abordagem endógena, pois um grande número de nomes foi deformado pela pronúncia ou redação exóticas de não-Africanos ou de Africanos que atuavam como intérpretes ou escribas. A caça à palavra correta, mesmo quando esta foi congelada pela escrita há séculos atrás, é uma das tarefas mais complexas da crítica histórica da África.

Tomemos um exemplo: a palavra "Gaoga" utilizada por Leão, o Africano, para designar um reino do Sudão tem sido freqüentemente assimilada a Gao. Mas a análise desse topônimo a

partir do teda e do kanuri permite localizar também um reino chamado Gaoga entre o Uadai (Chade), o Darfur (Sudão) e o Fertit (República Centro-Africana) 16. Quanto à referência ao lêmén para designar o país de origem de numerosas dinastias sudanesas, um reexame sério desse problema tem sido feito desde H. R. Palmer. Não se deveria interpretar a palavra "Yemen" não mais segundo as evocações religiosas dos cronistas muçulmanos orientados em direção à Arabia Felix, e sim em referência ao antigo país de Yam (daí Yamem)? 17

Também o exame do léxico swahili, recheado de termos de origem árabe, e do léxico das regiões da costa oriental malgaxe (Antemoro, Antalaoatra, Anosy), banhada por influências árabes, revela-se uma fonte rica de ensinamentos para o historiador. De qualquer maneira, a lingüística, que já prestou um bom serviço à história da África, deve desvencilhar-se de início do desprezo etnocentrista que marcou a lingüística Africana elaborada por A. W. Schlegel e Auguste Schleicher, segundo a qual "as línguas da família indo-européia estão no topo da evolução, e as línguas dos negros, no ponto mais baixo da escala, apresentando estas, entretanto, o interesse de - segundo alguns - revelar um estado próximo ao estado original da linguagem, em que as línguas não teriam gramática, o discurso seria uma seqüência de monossílabos e o léxico estaria restrito a um inventário elementar" 18.

A antropologia e a etnologia

O mesmo comentário aplica-se a fortiori à antropologia e à etnologia. Na verdade, o discurso etnológico 19 tem sido, por força das circunstâncias, um discurso com premissas explicitamente discriminatórias e conclusões implicitamente políticas, havendo entre ambas um exercício "científico" forçosamente ambíguo. Seu principal pressuposto era muitas vezes a evolução linear: à frente da caravana da humanidade ia a Europa, pioneira da civilização, e atrás os povos "primitivos" da Oceania, Amazônia e África. Como se pode ser índio, negro, papua, árabe? O "outro", atrasado, bárbaro, selvagem em diversos graus, é sempre diferente, e por essa razão torna-se objeto de interesse do pesquisador ou de cobiça do traficante. A etnologia recebeu, assim, procuração geral para ser o ministério da curiosidade européia diante dos "nossos nativos". Apreciadora dos estados miseráveis, da nudez e do folclore, a visão etnológica era muitas vezes sádica, lúbrica e, na melhor das hipóteses, um pouco paternalista. Salvo exceções, as dissertações e os relatórios resultantes justificavam o status quo e contribuíam para o "desenvolvimento do subdesenvolvimento" 20. O evolucionismo à Darwin, apesar de seus grandes méritos, o difusionismo de sentido único, que tem visto muitas vezes a África como o escoadouro passivo das invenções de outros lugares, o funcionalismo de Malinowski e de Radcliffe-Brown, enfim, que negava toda dimensão histórica às sociedades primitivas, todas essas escolas se adaptavam naturalmente à situação colonial na qual proliferavam como num terreno fértil 21. Suas abordagens, muito pobres afinal para a compreensão das sociedades exóticas, desqualificavam-se ainda mais pelo fato de as sociedades pelas quais tinham maior interesse serem exatamente as mais insólitas, isto é, os protótipos de uma humanidade instalada no elementar. Tais protótipos, contudo, constituíam apenas microrganismos, com um papel histórico não desprezível - por vezes mesmo notável - mas na maioria dos casos marginal em relação aos conjuntos sócio-políticos mais poderosos e melhor engajados no curso da história.

Desse modo, toda a África foi simbolizada por imagens que os próprios Africanos podiam considerar estranhas, exatamente como se a Europa fosse definida no começo do século XX pelos costumes à mesa e pelas formas de moradia ou pelo nível técnico das comunidades do interior da Bretanha, do Cantal ou da Sardenha. Além disso, o método etnológico baseado na entrevista individual, marcado com o selo de uma experiência subjetiva total porque intensa, mas total apenas no nível do microcosmo, desemboca em conclusões "objetivas" muito frágeis para que possam ser extrapoladas.

Enfim, por uma dialética implacável, o próprio objeto da etnologia, sob a influência colonial, desvanecia-se pouco a pouco. Os indígenas primitivos, que viviam da coleta e da caça, e mesmo do "canibalismo", transformavam-se aos poucos em subproletários dos centros periféricos de um sistema mundial de produção cujos pólos estão situados no hemisfério norte. A ação colonial consumia e aniquilava seu próprio objeto. Por isso, aqueles que haviam sido incumbidos do papel de objetos, os Africanos, decidiram iniciar, eles próprios, um discurso autônomo na qualidade de sujeitos da história, pretendendo mesmo que, em certos

aspectos, os mais primitivos não são exatamente os que se imagina. Ao mesmo tempo, pioneiros como Frobenius, Delafosse, Palmer, Evans Pritchard, que, sem preconceitos, haviam trabalhado na descoberta de um fio histórico e de estruturas originais nas sociedades Africanas com ou sem Estado, continuavam seus esforços, retomados e aperfeiçoados por outros pesquisadores contemporâneos. Estes acreditam que se podem atingir resultados objetivos aplicando os mesmos instrumentos intelectuais das ciências humanas, mas adaptando-os à matéria Africana. Derrubam assim, de uma só vez, as abordagens errôneas baseadas na diferença congênita e substantiva dos "nativos" ou em seu primitivismo na rota da civilização. Basta reconhecer que se o ser dos Africanos é o mesmo - o do Homo sapiens - seu "ser-no-mundo" é diferente. A partir daí novos instrumentos podem ser aperfeiçoados para apreender sua evolução singular.

Ao mesmo tempo, a abordagem marxista, com a condição de não ser dogmática, e a abordagem estruturalista de Lévi-Strauss contribuem também com observações válidas, mas opostas, sobre a evolução dos povos ditos sem escrita. O método marxista, essencialmente histórico e para o qual a história é a consciência coletiva em ação, insiste muito mais nas forças produtivas e nas relações de produção, na práxis e nas normas; o método estruturalista, por sua vez, quer desvendar os mecanismos inconscientes mas lógicos, os conjuntos coerentes que sustentam e enquadram a ação dos espíritos e das sociedades. Bebendo nessas novas fontes, a antropologia será, esperamos, algo mais que uma Fênix que, em defesa da causa, haja renascido das cinzas de um certo tipo de etnologia 22. A antropologia deve criticar seu próprio procedimento, insistir tanto nas normas quanto nas práticas, não confundir as relações sociais, decifráveis pela experiência, e as estruturas que as sustentam. Ela enriquecerá assim, umas através das outras, as normas, estruturas e opiniões, por meio da ampla utilização das técnicas quantitativas e coletivas de pesquisa, racionalizando e objetivando o discurso. Não apenas as interações dos fatores globais, mas também a síntese histórica, interessam particularmente à antropologia. Por exemplo, pode-se constatar uma correspondência entre a existência de rotas comerciais com monopólio real de certas mercadorias e as formas políticas centralizadas (em Gana e no Mali antigos, no Império Ashanti do século XVIII, no Reino Lunda do Zaire, etc.). Enquanto isso - contraprova decisiva - em oposição aos Ngonde e aos Zulu, povos de línguas e costumes idênticos (os Nyakusa e os Xhosa) mas que viviam à margem dessas rotas, não atingiram uma fase monárquica 23. A partir disso, podemos tentar inferir uma espécie de "lei" de antropologia ou de sociologia política. Por outro lado, as estruturas de parentesco podem acarretar um grande número de conseqüências sobre a evolução histórica. Assim, quando dois grupos de línguas diferentes se encontram, a forma de união conjugal entre esses grupos geralmente decide qual será a língua dominante, pois a língua materna só poderá impor-se se as mulheres forem tomadas como esposas e não como escravas ou concubinas. Assim, certos grupos Nguni conservaram sua língua de origem, enquanto outros, que desposaram mulheres sotho, perderam sua língua em favor da língua sotho. É também o caso dos pastores peul vindos de Macina e de Futa Djallon, que tomaram suas esposas entre os Mandinga e criaram a província de Uassulu: eles são peul apenas pelo nome e por certos traços físicos, já que perderam sua língua de origem em favor do malinke ou do bambara.

Dessa forma, as principais fontes da história da África mencionadas acima não podem ser classificadas a priori de acordo com uma escala de valores que privilegie permanentemente uma ou outra. Torna-se necessário julgar caso por caso. Na verdade, não se trata de testemunhos de tipos radicalmente diferentes. Todas correspondem à definição de signos que nos chegam do passado e que, enquanto veículos de mensagens, não são inteiramente neutros, mas carregados de intenções francas ou ocultas. Todas necessitam então da crítica metodológica. Cada categoria de fonte pode conduzir às demais: a tradição oral, por exemplo, tem levado muitas vezes a depósitos arqueológicos e pode até auxiliar na comparação de certos documentos escritos. Assim, o grande Ibn Khaldun escreve, na História dos Berberes, sobre Sundiata: "Seu filho Mança Ueli o sucedeu. Mança em sua língua escrita significa sultão e Ueli é o equivalente de Ali". Todavia os transmissores da tradição ainda hoje explicam que Mansa Ule significa "o rei de pele clara".

Os quatro grandes princípios

Quatro princípios devem nortear a pesquisa, se se quer levar adiante a frente pioneira da historiografia da África.

Primeiramente, a interdisciplinaridade, cuja importância é tal que chega quase a constituir por si só uma fonte específica. Assim, a sociologia política aplicada à tradição oral no Reino de Segu enriqueceu consideravelmente uma visão que, sem isso, limitar-se-ia às linhas esqueléticas de uma árvore genealógica marcada por alguns feitos estereotipados. A complexidade, a interpenetração de estruturas às vezes modeladas sobre hegemonias antigas (o modelo mali, por exemplo) aparecem, assim, em sua realidade concreta e viva. Da mesma forma, no caso dos países do delta do Níger, as tradições orais permitem completar o conjunto de fatores de desenvolvimento, demasiadamente reduzidos às influências do comércio negreiro e do óleo de palmeira; as relações endógenas anteriores no sentido norte-sul e leste-oeste até Lagos e a região de Ijebu são atestadas pela tradição oral, que apóia e enriquece admiravelmente as alusões de Pacheco Pereira no Esmeraldo 24. E foi exatamente um elemento de antropologia cultural (o texto de iniciação dos pastores peul 25) que permitiu a certos pré-historiadores interpretar corretamente os enigmas dos afrescos do Tassili: animais sem patas do quadro chamado O Boi e a Hidra, o mágico U de Ouan Derbaouen, etc.

Assim, decorridos mais de 10 mil anos, os ritos de hoje permitem identificar as cinco irmãs míticas dos sete filhos do ancestral Kikala nas cinco maravilhosas dançarinas dos afrescos de Jabbaren.

A expansão dos Bantu, atestada pelas fontes concordantes da lingüística, da tradição oral, da arqueologia e da antropologia, bem como pelas primeiras fontes escritas em árabe, português, inglês e pelos africânderes, torna-se uma realidade palpável susceptível de ser ordenada numa síntese cujas arestas se mostram mais nítidas no encontro desses diferentes planos. Do mesmo modo, os argumentos lingüísticos juntam-se aos da tecnologia para sugerir uma difusão dos gongos reais e sinos cerimoniais geminados a partir da África ocidental em direção ao baixo Zaire, ao Shaba e a Zâmbia. Mas as provas arqueológicas trariam, evidentemente, uma confirmação inestimável para tal fato. Essa combinação de fontes impõe-se ainda mais quando se trata de minorar as dificuldades relativas à cronologia. Não é sempre que dispomos de datas determinadas pelo carbono 14. E quando existem, estas devem ser interpretadas e confrontadas com dados de outras fontes, como a metalurgia ou a cerâmica (materiais e estilos). E não é sempre que podemos contar, como ao norte do Chade 26, com enormes quantidades de fragmentos de cerâmicas que permitem construir uma tipologia representada numa escala cronológica de seis níveis. Uma excelente demonstração desta conjugação de todas as fontes disponíveis é a que permite estabelecer uma tipologia diacrônica dos estilos pictóricos e cerâmicos e confrontá-los para extrair uma série cronológica que se estende por oito milênios, sendo o todo sustentado pelas sondagens estratigráficas e confirmado pelas datações de carbono 14 e pelo estudo da flora, da fauna, do habitat e da tradição oral 27.

Às vezes, o mapa dos eclipses datados e visíveis em regiões específicas permite comprovações excepcionais quando tais acontecimentos são relacionados com o reinado deste ou daquele dinasta. Em geral, porém, a cronologia não é acessível sem a mobilização de várias fontes, ainda mais porque a duração média das gerações ou dos reinados é susceptível de variações, a natureza da relação entre os soberanos que se sucedem nem sempre é precisa, o sentido da palavra filho pode não ser biológico mas sociológico, às vezes três ou quatro nomes ou "nomes fortes" são atribuídos ao mesmo rei, ou ainda porque, como entre os Bemba, a lista dos candidatos à chefia incorpora-se à lista dos chefes.

Sem minimizar a importância da cronologia, espinha dorsal da matéria histórica, e sem renunciar aos esforços para assentá-la sobre bases rigorosas, será preciso, no entanto, sucumbir à psicose da precisão a qualquer preço, que corre então o risco de ser uma falsa precisão? Por que obstinar-se em escrever 1086 para a queda de Kumbi Saleh em vez de dizer "no fim do século XI"? Nem todas as datas têm, aliás, a mesma importância. O grau de precisão requerido em cada caso não é o mesmo, nem todas as datas devem ser erigidas em estátua.

Por outro lado, é importante reintegrar todo o fluxo do processo histórico no contexto do tempo Africano, que não é alérgico à articulação do acontecimento numa seqüência de fatos que originam uns aos outros por antecedência e causalidade. De fato, os Africanos têm uma idéia do tempo baseada no princípio da causalidade. Este último, contudo, é aplicado de acordo com normas originais, em que o contágio do mito impregna e deforma o processo lógico; em que o nível econômico elementar não cria a necessidade do tempo demarcado, matéria-prima do lucro; em que o ritmo dos trabalhos e dos dias é um metrônomo suficiente para a atividade humana; em que calendários, que não são nem abstratos nem universalistas, são subordinados aos fenômenos naturais (lunações, sol, seca), aos movimentos dos animais e das pessoas. Cada hora é definida por atos concretos. Em Burundi, por exemplo, país essencialmente rural, o tempo é marcado pela vida pastoril e agrícola: Amakana (hora da ordenha: 7 horas); Maturuka (saída dos rebanhos: 8 horas); Kuasase (quando o sol se alastra: 9 horas); Kumusase (quando o sol se espalha sobre as colinas: 10 horas); etc. Em outros lugares, os nomes das crianças são função do dia do nascimento, do acontecimento que o precedeu ou sucedeu. Os muçulmanos na África do Norte acham muito natural chamar suas crianças pelo nome do mês em que nasceram: Ramdane, Chabane, Mulud.

Essa concepção do tempo é histórica em muitos aspectos. Nas sociedades africanas gerontocráticas, a noção de anterioridade no tempo é ainda mais carregada de sentido que em outros lugares, pois nela estão baseados os direitos Sociais, como o uso da palavra em público, a participação numa dança reservada, o acesso a certas iguarias, o casamento, o respeito de outrem, etc. Além disso, a primogenitura não é, na maioria das vezes, um direito exclusivo na sucessão real; o número dos pretendentes (tios, irmãos, filhos) é sempre grande e a idade é levada em conta no contexto de uma competição bastante aberta. Decorre daí uma preocupação ainda maior com a cronologia. Mas não há necessidade de saber que alguém nasceu em determinado ano: o essencial é provar que nasceu antes de determinada pessoa. As referências a uma cronologia absoluta impõem-se apenas no caso de sociedades mais amplas e mais anônimas.

Essa concepção do tempo social não é estática, pois no contexto da filosofia Africana pandinamista do universo, cada um deve aumentar incessantemente sua forma vital, que é eminentemente social, o que inclui a idéia de progresso dentro e através da comunidade. Como diz Bakary Dian: "Mesmo depois de minha morte, isso será acrescentado ao meu nome". Em algumas línguas, a mesma palavra (bogna em bambara, por exemplo) designa o dom material, a honra, o crescimento.

A contagem das estações do ano é muitas vezes baseada na observação astronômica, podendo abranger uma série de constelações, como a Ursa Maior; entre os Komo (alto Zaire), as Plêiades, que são comparadas a um cesto de machetes, anunciam a hora de afiar tais instrumentos para o arroteamento dos campos. Em caso de necessidade, essa concepção do tempo é mais matemática. Como exemplo, podemos citar os entalhes em madeiras especiais conservadas como arquivos nas grutas da região dos Dogon ou o depósito anual de uma pepita de ouro num pote de estanho na capela dos tronos no reino de Bono Mansu, ou de uma pedra num jarro, na cabana dos reis na região mandinga; sem contar, evidentemente, as importantes realizações nesse campo do Egito faraônico e dos reinos muçulmanos (almóada, por exemplo). Se pensarmos na dificuldade em converter uma seqüência de durações numa sucessão de datas e ainda na necessidade de encontrar um ponto fixo de referência, verificaremos que este último é, na maior parte do tempo, fornecido por um fato externo datado, como o ataque ashanti contra Bono Mansu.

Na verdade, somente a utilização da escrita e o acesso às religiões "universalistas" que dispõem de um calendário dependente de um terminus a quo preciso, assim como a entrada no universo do lucro e da acumulação monetária, remodelaram a concepção "tradicional" do tempo. Em sua época, porém, tal concepção respondia adequadamente às necessidades das sociedades em questão.

Outra exigência imperativa é que essa história seja enfim vista do interior, a partir do pólo Africano, e não medida permanentemente por padrões de valores estrangeiros; a consciência de si mesmo e o direito à diferença são pré-requisitos indispensáveis à constituição de uma

personalidade coletiva autônoma. Certamente, a opção e a óptica de auto-exame não consistem em abolir artificialmente as conexões históricas da África com os outros continentes do Velho e do Novo Mundo. Mas tais conexões serão analisadas em termos de intercâmbios recíprocos e de influências multilaterais, nas quais as contribuições positivas da África para o desenvolvimento da humanidade não deixarão de aparecer. A atitude histórica Africana não será então uma atitude vingativa nem de auto-satisfação, mas um exercício vital da memória coletiva que varre o campo do passado para reconhecer suas próprias raízes. Após tantas visões exteriores que têm modelado a marca registrada da África a partir de interesses externos (até nos filmes contemporâneos), é tempo de resgatar a visão interior de identidade, de autenticidade, de conscientização: "volta repatriadora", como diz Jacques Berque para designar esse retorno às raízes. Ao considerar o valor da palavra e do nome na África, ao pensar que atribuir nome a uma pessoa é quase apoderar-se dela - a tal ponto que os personagens venerados (pai, esposo, soberano) são designados por perífrases e cognomes -, compreenderemos por que toda a série de vocábulos ou conceitos, todo o arsenal de estereótipos e de esquemas mentais relativos à história da África, situam-se no contexto da mais sutil alienação. É preciso aqui uma verdadeira revolução copernicana, que seja primeiramente semântica e que, sem negar as exigências da ciência universal, recupere toda a corrente histórica desse continente, em novos moldes 28. Como observava J. Mackenzie já em 1887, referindo-se aos Tsuana (Botsuana), quantos povos da África são conhecidos por nomes que eles próprios ou quaisquer outras populações Africanas jamais utilizaram! Esses povos passaram pelas pias batismas da colonização e saíram consagrados à alienação. A única saída real é escrever cada vez mais livros de história da África em línguas Africanas, o que pressupõe outras reformas de estrutura... Quantos livros de história da África dedicam generosamente um décimo de suas páginas à história pré-colonial, sob o pretexto de que é mal conhecida! Assim, damos um salto sobre "séculos obscuros" e vamos diretamente a algum explorador famoso ou procônsul, demiurgo providencial e deus ex machina, a partir do qual começa a verdadeira história, ficando o passado Africano confinado a uma espécie de pré-história desonrosa. Certamente, não se trata de negar as influências externas, que agem como fermento acelerador ou detonador. A introdução no século XVI das armas de fogo no Sudão central, por exemplo, favoreceu a infantaria formada por escravos, em prejuízo dos cavaleiros feudais. Tal mutação repercutiu na estrutura do poder através do Sudão central, tendo o kaella ou kaigamma, de origem servil, suplantado junto ao soberano o ministro nobre Cirema. Mas as explicações mecânicas a partir de influências externas (inclusive no caso dos apoios de cabeça!) e as correspondências automáticas entre os influxos exteriores e os movimentos da história da África devem ser banidas em favor de uma análise mais profunda, a fim de revelar as contradições e os dinamismos endógenos 29.

Além disso, essa história é obrigatoriamente a história dos povos Africanos em seu conjunto, considerada como uma totalidade que engloba a massa continental propriamente dita e as ilhas vizinhas como Madagáscar, segundo a definição da carta da OUA. É claro que a história da África integra o setor mediterrâneo numa unidade consagrada por muitos laços milenares, às vezes sangrentos, é verdade, mas na maioria dos casos mutuamente enriquecedores. Tais laços fazem da África, de um lado e do outro da dobradiça do Saara, os dois batentes de uma mesma porta, as duas faces de uma mesma moeda.

É necessariamente uma história dos povos, pois na África mesmo o despotismo de certas dinastias tem sido sempre atenuado pela distância, pela ausência de meios técnicos que agravem o peso da centralização, pela perenidade das democracias aldeãs, de tal modo que em todos os níveis, da base ao topo, é conselho reunido pela e para a discussão constitui o cérebro do corpo político. É uma história dos povos porque, com exceção de algumas décadas contemporâneas, não foi moldada de acordo com as fronteiras fixadas pela colonização, pelo simples motivo de que a posição territorial dos povos africanos ultrapassa em toda parte as fronteiras herdadas da partilha colonial. Assim, para tomar um exemplo entre mil, os Senufo ocupam uma área correspondente a parte do Mali, da Costa do Marfim e do Alto Volta. No contexto geral do continente, terão maior destaque os fatores comuns resultantes de origens comuns e de intercâmbios inter-regionais milenares de homens, mercadorias, técnicas, idéias, em suma, de bens materiais e espirituais. Apesar dos obstáculos impostos pela natureza e do baixo nível técnico, tem havido desde a Pré-História uma certa solidariedade continental entre o vale do Nilo e o Sudão, até a floresta da Guiné; entre esse mesmo vale e a África

oriental, incluindo, entre outros acontecimentos, a dispersão dos Luo; entre o Sudão e a África central pela diáspora dos Bantu; entre a fachada atlântica e a costa oriental pelo comércio transcontinental através do Shaba.

Os fenômenos migratórios ocorridos em grande escala no espaço e no tempo não devem ser entendidos como uma imensa onda humana atraída pelo vazio ou deixando o vazio atrás de si. Mesmo a saga torrencial de Chaka, o mfécane, não pode ser interpretada unicamente nesses termos. O movimento de grupos Mossi (Alto Volta) em direção ao norte, a partir do Dagomba e do Mamprusi (Gana), foi realizado por bandos de cavaleiros que, de etapa em etapa, foram ocupando as várias regiões; no entanto, só podiam concretizar tal ocupação amalgamando-se aos autóctones, tomando esposas nativas. Os privilégios judiciais que eles próprios se outorgavam provocaram rapidamente a proliferação de suas escarificações faciais (uma espécie de carteira de identidade), enquanto a língua, bem como as instituições dos recém-chegados, prevaleceram a ponto de eliminar as dos outros povos. Outros costumes, como os ligados aos cultos agrários ou os que regiam os direitos de estabelecimento, continuavam a ser de competência dos chefes locais, ao mesmo tempo que se instauravam relações de "parentesco de brincadeira" com certos povos encontrados pelo caminho. O grande conquistador "mossi" Ubri, aliás, já era ele próprio um "mestiço". Esse esboço de processo por osmose deve substituir quase sempre o cenário romântico e simplista da invasão nilista e devastadora, como foi longa e erradamente representada a irrupção dos Beni Hilal na África do Norte.

Os excessos da antropologia física, com seus preconceitos racistas, são hoje rejeitados por todos os autores sérios. Mas os "Hamitas" e outras "raças morenas", inventadas em defesa da causa, não cessaram de povoar as miragens e os fantasmas de espíritos ditos científicos. "Tais categorias", declara J. Hiernaux 30 num texto importante, "não podem ser admitidas como unidades biológicas de estudo. Os Peul não constituem um grupo biológico, mas sim cultural. Os Peul do sul de Camarões, por exemplo, têm seus parentes biológicos mais próximos nos Haya da Tanzânia. Quanto à proximidade biológica entre os Mouros e os Warsingali da Somália, ela deriva tanto da hereditariedade quanto do biótopo similar que os condiciona: a estepe árida."

Há vários milênios, os dados propriamente biológicos, constantemente subvertidos pela seleção ou pela oscilação genética, não dão nenhuma referência sólida para a classificação, nem sobre o grupo sangüíneo, nem sobre a frequência do gene Hbs, que determina uma hemoglobina anormal e que, associado a um gene normal, reforça a resistência à malária. Isto ilustra o papel importantíssimo da adaptação ao meio natural. A estatura mais elevada e a bacia mais larga, por exemplo, coincidem com as zonas de maior seca e de calor mais intenso. Neste caso, a morfologia do crânio mais estreito e mais alto (dolicocefalia) é uma adaptação que permite uma menor absorção de calor. O vocábulo "tribo" será tanto quanto possível banido desta obra, exceto no caso de certas regiões da África do Norte 31, em razão de suas conotações pejorativas e das diversas idéias falsas que o sustentam. Por mais que se destaque que a "tribo" é essencialmente uma unidade cultural e, às vezes, política, alguns continuam a vê-la como um estoque biologicamente distinto e destacam os horrores das "guerras tribais", cujo saldo muitas vezes se limitava a algumas dezenas de mortos ou menos que isso; esquecem, porém, todos os intercâmbios positivos que ligaram os povos Africanos no plano biológico, tecnológico, cultural, religioso, sócio-político, etc., e que dão aos empreendimentos Africanos um indiscutível ar de família.

Além do mais, esta história deverá evitar ser excessivamente factual, pois com isso correria o risco de destacar em demasia as influências e os fatores externos. Certamente, o estabelecimento de fatos-chaves é uma tarefa primordial, indispensável até, para definir o perfil original da evolução da África. Mas serão tratadas com especial interesse as civilizações, as instituições, as estruturas: técnicas agrárias e de metalurgia, artes e artesanato, circuitos comerciais, formas de conceber e organizar o poder, cultos e modos de pensamento filosófico ou religioso, técnicas de modernização, o problema das nações e pré-nações, etc. Esta opção metodológica requer, com mais vigor ainda, a abordagem interdisciplinar.

Finalmente, por que esse retorno às fontes Africanas? Enquanto a busca desse passado pode

ser, para os estrangeiros, uma simples curiosidade, um exercício intelectual altamente estimulante para a mente desejosa de decifrar o enigma da Esfinge, o sentido real dessa iniciativa deve ultrapassar tais objetivos puramente individuais, pois a história da África é necessária à compreensão da história universal, da qual muitas passagens permanecerão enigmas obscuros enquanto o horizonte do continente Africano não tiver sido iluminado. Além disso, no plano metodológico, a execução da história da África de acordo com as normas estabelecidas neste volume pode confirmar a estratégia dos adeptos da história total, apreendida em todos os seus estratos e em todas as suas dimensões, por todo o arsenal de instrumentos de investigação disponíveis. Dessa forma a história torna-se essa disciplina sinfônica em que a palavra é dada simultaneamente a todos os ramos do conhecimento; em que a conjunção singular das vozes se transforma de acordo com o assunto ou com os momentos da pesquisa, para ajustar-se às exigências do discurso. Mas essa reconstrução póstuma do edifício há pouco construído com pedras vivas é importante sobretudo para os Africanos, que têm nisso um interesse carnal e que penetram nesse domínio após séculos ou décadas de frustração, como um exilado que descobre os contornos ao mesmo tempo velhos e novos, porque secretamente antecipados, da almejada paisagem da pátria. Viver sem história é ser uma ruína ou trazer consigo as raízes de outros. É renunciar à possibilidade de ser raiz para outros que vêm depois. É aceitar, na maré da evolução humana, o papel anônimo de plâncton ou de protozoário. É preciso que o homem de Estado Africano se interesse pela história como uma parte essencial do patrimônio nacional que deve dirigir, ainda mais porque é pela história que ele poderá ter acesso ao conhecimento dos outros países Africanos na óptica da unidade Africana.

Mas esta história é ainda mais necessária aos próprios povos para os quais ela constitui um direito fundamental. Os Estados Africanos devem organizar equipes para salvar, antes que seja tarde demais, o maior número possível de vestígios históricos. Devem-se construir museus e promulgar leis para a proteção dos sítios e dos objetos. Devem ser concedidas bolsas de estudo, em particular para a formação de arqueólogos. Os programas e cursos devem sofrer profundas modificações, a partir de uma perspectiva Africana. A história é uma fonte na qual poderemos não apenas ver e reconhecer nossa própria imagem, mas também beber e recuperar nossas forças, para prosseguir adiante na caravana do progresso humano. Se tal é a finalidade desta História Geral da África, essa laboriosa e enfadonha busca, sobrecarregada de exercícios penosos, certamente se revelará fecunda e rica em inspiração multiforme. Pois em algum lugar sob as cinzas mortas do passado existem sempre brasas impregnadas da luz da ressurreição.

Notas

*Nota do coordenador do volume: A palavra ÁFRICA possui até o presente momento uma origem difícil de elucidar. Foi imposta a partir dos romanos sob a forma ÁFRICA, que sucedeu ao termo de origem grega ou egípcia Líbia, país dos Lebu ou Lubin do Gênesis. Após ter designado o litoral norte-Africano, a palavra África passou a aplicar-se ao conjunto do continente, desde o fim do século I antes da Era Cristã. Mas qual é a origem primeira do nome? Começando pelas mais plausíveis, pode-se dar as seguintes versões: A palavra África teria vindo do nome de um povo (berbere) situado ao sul de Cartago: os Afrig. De onde Afriga ou Africa para designar a região dos Afrig. Uma outra etimologia da palavra África é retirada de dois termos fenícios, um dos quais significa espiga, símbolo da fertilidade dessa região, e o outro, Pharikia, região das frutas. A palavra África seria derivada do latim aprica (ensolarado) ou do grego apriké (isento de frio). Outra origem poderia ser a raiz fenícia faraga, que exprime a idéia de separação, de diáspora. Enfatizemos que essa mesma raiz é encontrada em certas línguas Africanas (bambara). Em sânscrito e hindi, a raiz apara ou africa designa o que, no plano geográfico, está situado "depois", ou seja, o Ocidente. A África é um continente ocidental. Uma tradição histórica retomada por Leão, o Africano, diz que um chefe iemenita chamado Africus teria invadido a África do norte no segundo milênio antes da Era Cristã e fundado uma cidade chamada Afrikyah. Mas é mais provável que o termo árabe Afriqiyah seja a transliteração árabe da palavra África. Chegou-se mesmo a dizer que Afer era neto de Abraão e companheiro de Hércules!

1 Elogio a Sundiata. em língua malinke. Fundador do Império do Mali no século XIII, Sundiata é um dos heróis mais populares da história Africana.

2 Do árabe sahil: margem. Aqui, margem do deserto, considerado como um oceano.
3 O fator climático não deve ser negligenciado. O professor Thurstan Shaw destacou o fato de que certos cereais adaptados ao clima mediterrâneo (chuvas de inverno) não puderam ser cultivados no vale do Níger, porque ao sul do paralelo 18, latitude norte, e em virtude da barreira da frente intertropical, sua aclimação era impossível. Cf. J. A. H. XII I, 1971. p. 143-53.

4 Sobre esse assunto ver FORD, 1971.

5 Cf. HUNWICK, J. o., 1973. p. 195-208. O autor corre o risco do argumento a silêntio: "Se Ibn Battuta tivesse atravessado o Níger ou o Senegal, teria feito referência a isso".

6 Cf. Unesco, Coletânea seletiva de textos em árabe proveniente dos arquivos marroquinos, pelo professor Mohammed Ibraim EL KEITANI, SCH/VS/894.

7 Cf. Etudes Maliennes, I. S. H. M., n. 3, set. 1972.

8 MARTIN. B. G.. 1969. p. 15-27.

9 Cf. HUARD, P., 1969. p. 179-224.

10 Cf. AQUÉSSY, H.. 1972. p. 269-97.

11 Cf. KESTELOOT, L., tomos 1, 3, 4.

12 "A morte vale mais do que a desonra."

13 A Unesco organizou em 1974, no Cairo, um simpósio científico internacional para a decifração dessa língua Africana.

14 Cf. HOUÏS, Maurice, 1971. p. 45.

15 Cf. EHRET. Christophe. 1963. p. 213-21.

16 Cf. KALAX. Pierre. 1972. p. 529-48.

17 Cf. MOHAMMADOU. Abbo e Eldridge. p. 130-55.

18 Cf. HOUÏS, M., 1971. p. 27.

19 O termo etnia, atribuído aos chamados povos sem escrita, foi sempre marcado pelo preconceito racista: "Idólatra ou étnico", escrevia Clément Marot desde o século XVI. A etnografia é a coleta descritiva dos documentos. A etnologia é a síntese comparativa.

20 Cf. COPANS, J., 1971. p. 45: "A ideologia colonial e a etnologia decorrem de uma mesma configuração, e existe entre essas duas ordens de fenômenos um jogo que condiciona o desenvolvimento de ambas".

21 Cf.. RUFFIE, J., 1977. p. 429: "O pseudodarwinismo cultural que inspira o pensamento antropológico do século XIX legitima o colonialismo que, assim, não se caracteriza como produto de uma certa conjuntura política, mas de estrutura biológica; em resumo, um caso particular da competição natural. A antropologia do século XIX justifica a Europa imperialista".

22 A sociologia seria uma ciência intra-social para o mundo moderno, enquanto a antropologia caracterizar-se-ia por uma abordagem comparativa (inter-social). Mas isso não significa ressuscitar categorias contestáveis como a diferença, com seu cortejo de etno-história, etno-arqueologia, etnomatemática...?

23 Cf. THOMPSON. L., 1969 p. 72-3.

24 Cf. ALAGOA, L., 1973.

25 Cf. HAMPATÉ BÂ e DIETERLEN, Germaine, 1961.

26 Cf. COPPENS, Yves, 1960. p. 129 e segs.

27 BAILLOUD, A., 1961. p. 51 e segs.

28 Ver a esse respeito a interessante demonstração de I. A. AKINJOGBIN, 1967. A partir da comparação entre o sistema do ebi (família ampliada), que seria a fonte da autoridade de Oro sobre as famílias, e o sistema daomeano de adaptação ao tráfico de escravos pela monarquia autoritária exercida sobre os indivíduos, o autor explica a disparidade entre os dois regimes. Ver também VERHAEGEN, B., 1974. p. 156: "O fato bruto é um mito. A linguagem que o designa é implicitamente uma teoria do fato".

29 Cf.. LAW, R. C. C., 1971. Para o autor, o declínio de Oro é provocado pelas tensões intestinas entre categorias sociais subalternas: escravos, intendentess do alafin (rei) nas províncias, representantes das províncias na corte, triunviratos de eunucos reais (do centro, da direita e da esquerda).

30 HIERNAUX, J., 1970. p. 53 e segs.